

Intercom – Porto Alegre, 2004.

³⁶ POLLAK, Michael. Op. cit., vol 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³⁷ FREDERICO, Celso. "40 anos depois". In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar*. São Paulo: Edusc, 2004.

Usos políticos de "Jacobinos": Análise contextual de um conceito

Amanda Muzzi Gomes*

Jacobino é o termo de que se valem á guisa de baldão todos os inimigos da Pátria, todos os abutres carniceiros [...] para deprimir os que commettem o grande crime de trabalhar com amor e fé na obra santa da nossa regeneração social, para enxovalhar os que almejam a glorificação da nossa nacionalidade e a consolidação da forma de governo inaugurada a 15 de Novembro. [...]. Malevolamente deram a esses patriotas o nome de jacobinos, procurando assim os inimigos aproximal-o do partido de igual nome que out'ora existio em França, sem curar da propriedade histórica do termo, nem do antagonismo de suas respectivas doutrinas, pois era de conveniência desprestigiar-se a briosidade que levou a effeito uma das mais gloriosas resistências [...]. E a intenção estigmativa do termo ainda perdura e, generalizando-se, vae apanhar até os mais moderados espiritos, desde que estes se apliquem bem estar social e mastrem estimar a República'.

Este artigo analisa os significados conceituais conferidos ao termo *jacobinos*, especialmente durante a vigência do jacobinismo no Brasil, entre 1893 e 1897. Paralelamente, abordamos de modo sucinto o próprio ativismo político dos jacobinos na capital federal. Em termos metodológicos, trata-se de aglutinar a análise conceitual ao enfoque performático.

O vocábulo *Jacobin*, oriundo do latim *Jacobus*, inicialmente foi utilizado, pelo menos, desde o século XIII na França em referência a frades dominicanos. Estes religiosos eram assim chamados porque o primeiro convento que eles possuíram em Paris se estabeleceu em um hospício chamado Saint Jacques, destinado ao albergue de peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostella.

Por seu lado, os primeiros agentes políticos assim denominados foram os membros do chamado "Clube dos Jacobinos". Originalmente o clube era bretão, formado, entre maio e junho de 1889, por deputados do Terceiro Estado, intitulado, enquanto durou a monarquia constituinte, de "Sociedade dos Amigos da Constituição". Mas de Versalhes o clube bretão passou para Paris em outubro de 1789, já após a eclosão da Revolução Francesa, cuja sede funcionava em um dos conventos dos dominicanos jacobinos, o da Rue Saint-Honoré. Por este motivo foi lhe atribuído o nome de "Clube dos Jacobinos", com o qual passou à história².

Constituído inicialmente como uma associação moderada e elitista, até porque exigia de seus sócios cotas muito elevadas, o 'Clube dos Jacobinos' sob a influência de Robespierre e Pétion acabou se tornando extremista.

Tomando por base apenas a experiência francesa, esta já foi suficiente para dotar o termo “jacobino” de uma carga simbólica ampla e densa, inclusive porque, como lembra Michel Vovelle, os jacobinos franceses “trocaram de pele em diversos momentos durante a década revolucionária”³. Tal polissemia foi adensada com a “diáspora jacobina” no transcurso do século XIX, ou seja, as experiências de jacobinos em diversos países, sobretudo europeus — jacobinos, além de franceses, ingleses, irlandeses, italianos, holandeses, belgas, genebrinos, suíços, alemães, austríacos, húngaros e poloneses —, de modo a delinear a imagem, em termos historiográficos, de um “jacobinismo trans-histórico”⁴. François Furet destaca que “por sua capacidade de encarnar o que houve de mais radical na Revolução Francesa”, o jacobinismo foi transmitido aos dois séculos seguintes “como legenda, história, tradição, herança, teoria e prática”. Furet também atenta para elasticidade semântica dos termos “jacobinos” e “jacobinismo”, “que podem designar, segundo o caso, predileções muito diversas”⁵. O pioneirismo político francês permaneceu como paradigma, principalmente a atuação política dos jacobinos da primeira década revolucionária, em especial nos anos de 1893 e 1894, durante o chamado período do “Terror”.

As interpretações às atuações dos jacobinos franceses deram margem a diversos significados para o substantivo “jacobino” em língua portuguesa, tais como, ‘partidário dos Franceses revolucionários’; por extensão, ‘partidário exaltado da democracia’; na linguagem popular, ‘democrata exaltado e sanguinário’, como se verifica em diversos dicionários que circulavam no Brasil no século XIX, editados em Lisboa⁶.

Desde a última década do século XIX, quando os jacobinos brasileiros emergiram no cenário social do Rio de Janeiro e alcançaram proeminência política, são encontradas variadas menções a estes ativistas, a começar pelos relatos dos jornalistas e cronistas de sua época, passando pelas monumentais obras dos famosos compiladores da história política brasileira, até os mais recentes trabalhos acadêmicos.

A plasticidade de significados conferidos ao qualificativo *jacobinos*, de certo modo, auxiliou o seu emprego elástico pelos contemporâneos dos jacobinos brasileiros e as mais variadas caracterizações legadas pelos homens de letras de sua época, tendo a maioria destes como parâmetro o caso dos pioneiros franceses. Estas classificações variavam desde as que os definiam, entre outras caracterizações, como “desatinados”, “arruaceiros”, “perturbadores da ordem”, “nativistas”, “antilusitanos”, até os politicamente “cegos” e “apaixonados”.

O vocábulo designativo foi utilizado pelo menos desde os últimos anos do governo monárquico, com a acepção de “republicanos radicais”,

principalmente nas referências aos partidários do famoso propagandista republicano Antonio da Silva Jardim, que utilizava praças e teatros para a realização de suas conferências e discursos políticos.

No início do século XX, o termo *jacobinos* ainda prosseguiu em relativa utilização, voltando a ser empregado, como sinônimo de “desordeiros”, principalmente durante a Revolta da Vacina. Ao se referirem a esta manifestação, ocorrida em novembro de 1904, durante a presidência de Rodrigues Alves, alguns contemporâneos voltaram a falar em *jacobinos* e até em *jacobinismo*, porque ocorreram tumultos populares, uma significativa sublevação da Escola Militar e pronunciamentos de políticos bem antes apodados de jacobinos, como Lauro Sodré.

Foi, entretanto, durante o governo de Floriano Peixoto, mais especificamente em 1893, que o termo *jacobino* adquiriu uma conotação ímpar, como alcunha para os voluntários dos batalhões patrióticos e mais veementes florianistas, os propalados “amigos do Marechal Floriano”⁷. Foi deste ano de 1893 até 1897 que teve vigência o movimento político dos jacobinos no Brasil, o *jacobinismo*, cuja inspiração maior era o florianismo⁸.

O marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República, assumiu a chefia do Executivo federal em 23 de novembro de 1891, após a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca. As acusações de que Floriano havia ocupado ilegalmente o posto de Deodoro foram logo ecoadas. Conforme se prescrevia no art. 42 da Constituição Federal, no caso de vacância da presidência por qualquer causa, antes de decorridos dois anos do período presidencial, deveria ocorrer uma nova eleição. Como Deodoro, eleito pelo Congresso Nacional em 25 de fevereiro de 1891, renunciou a 23 de novembro do mesmo ano, os opositores de Floriano baseavam-se neste artigo para acusar a sua suposta desobediência à Constituição. Por seu lado, os defensores da legalidade da posição de Floriano amparavam-se nas Disposições Transitórias, que prescreviam como norma específica para a primeira eleição presidencial no Brasil que o presidente e o vice-presidente eleitos deveriam ocupar os seus cargos na presidência e vice-presidência da República durante o primeiro período presidencial. Floriano, que sofreu contestação à sua posição em variadas ocasiões — como no famoso Manifesto dos 13 Generais, de 6 de abril de 1892 —, permaneceu no cargo, porém nunca utilizou o título de presidente, pois mesmo nos ofícios sempre assinava como vice-presidente. Mesmo assim, as posturas contrárias ao seu prosseguimento no elevado posto continuaram ativas e lhe trouxeram outras manifestações contestatórias, sendo a mais expressiva a Revolta da Armada, deflagrada em 6 de setembro de 1893 e liderada pelo contra-almirante Custódio José de Mello, que havia sido inicialmente ministro da Marinha de seu governo. Outros motivos para a

decisão de Custódio de liderar um levante contra o governo de Floriano, como o preterimento de seu nome para a próxima eleição presidencial e o seu abandono a uma posição secundária na direção dos negócios políticos pelo próprio marechal, também são mencionados pela historiografia⁹.

Os rumores de que os rebelados da Armada contavam com a simpatia e o apoio pecuniário da colônia portuguesa no Rio de Janeiro exacerbaram os ânimos dos indivíduos mais imbuídos de patriotismo e nacionalismo. Além disso, corriam boatos de que, devido à sua intervenção na contenda para fazer as partes disputantes chegarem a um acordo, parte das forças navais estrangeiras estacionadas na baía de Guanabara também apoiavam os insurgentes¹⁰. A 7 de dezembro, o contra-almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, que até então mantivera uma postura neutra, declarou publicamente a sua adesão ao movimento sedicioso através de um manifesto no qual exprimiu o desejo de retorno do regime monárquico¹¹. O temor de uma restauração monárquica, presente desde a implantação do regime republicano, aumentou bastante.

Desde o dia em que a revolta eclodiu, voluntários, em sua maioria jovens, decidiram pegar em armas em defesa do governo de Floriano através do alistamento nos batalhões patrióticos que já existiam, como o Batalhão Tiradentes, e no auxílio para a organização de novos batalhões com o objetivo de se juntarem aos já existentes, ao Exército, à Guarda Nacional, às forças policiais e à parte da Marinha que permaneceu fiel ao governo.

Assim se denominavam alguns batalhões patrióticos: "Tiradentes", "Frei Caneca", "Benjamin Constant", "Silva Telles", "Vinte e Três de Novembro", "Lauro Muller", "Operário", "Voluntários Paulistas", "Acadêmicos de S. Paulo" e "Defensores da República". As comissões de alistamento da maioria dos batalhões aceitavam candidatos de todos os estratos sociais, exigindo-lhes provas de conduta exemplar e convicções republicanas. Assim que convocados, os voluntários eram aquartelados e submetidos a instruções militares, sob a forma de exercícios físicos e educação militar, ministradas por oficiais do Exército, até que as suas guarnições fossem indicadas para a tomada de posições nos postos de combate¹². Estes combatentes voluntários impregnaram-se dos ideais da vida da caserna e passaram a valorizar, assim como alguns membros do Exército, a "disciplina", a "moralidade", a "pureza", o "decoro", a "abnegação", o "brio", a "autoridade", a "vigilância", a "obediência", o "dever" e outros princípios tomados como emblemas a partir de então.

Entre estes voluntários encontravam-se muitos patriotas que passaram a ser designados, e em alguns casos a se autodenominarem, como *jacobinos*. O principal significado conceitual do vocábulo *jacobino* durante a vigência do

jacobinismo apresentava como pilar referencial a ação dos combatentes que lutaram ao lado da esquadra legal na resistência à revolta da Armada e, especialmente, a participação dos militantes voluntários. Assim era expresso tanto pelos que recebiam o epíteto, como pelos autodesignados e por seus desafetos.

Por este motivo, mesmo os que discordavam das idéias e formas de atuação dos cognominados *jacobinos* reconheciam os seus "serviços prestados" à República, reportando-se a estes também como "legalistas" e "patriotas", em referência à sua participação nos batalhões patrióticos ao lado da esquadra legal.

Como todo conceito é ao mesmo tempo, de acordo com Koselleck, fato ou fenômeno lingüístico e indicador de uma realidade histórica concreta, a sua relação com "aquilo que se quer compreender" apresenta-se sempre como "necessariamente tensa"¹³. A atenção ao próprio contexto histórico em que estavam imersos os jacobinos e os seus contemporâneos pode elucidar a formulação deste novo sentido que, todavia, não eclipsou completamente as significações anteriores. Tratava-se de uma contextura conturbada, em que movimentos sediciosos emergiam paralelamente e tinha como pano de fundo a tensa conjuntura política de transição entre a presidência militar de Floriano Peixoto e a civil de Prudente de Moraes. A disputa por alguma parcela de poder se fazia presente tanto entre os agentes políticos que já haviam conquistado alguma espécie de posicionamento político-social durante o exercício presidencial que se findava, conforme era o caso dos jacobinos, como pelos descontentes que vislumbravam uma nova "era" a ser inaugurada com o advento da primeira presidência civil.

O mineiro Annibal Mascarenhas e o gaúcho Deodéciano Martyr eram voluntários patriotas e, conseqüentemente, defendiam a sua própria permanência nas modestas, porém, até então, mais altaneiras posições conquistadas. O primeiro tomou armas no próprio dia 6 de setembro de 1893 e desenvolveu ampla atividade no Batalhão Tiradentes, sendo-lhe conferido no ano seguinte, em reconhecimento aos seus esforços ao lado da esquadra governista, o título de major honorário do Exército¹⁴. Por seu lado, Martyr, que também serviu no Batalhão Tiradentes, auxiliou na organização, entre outros, dos batalhões patrióticos Franco Atiradores e Silva Jardim, ao que lhe foi conferido o título de capitão honorário do Exército¹⁵. Muitos outros *jacobinos* ou jovens "patriotas" que combateram espontaneamente ao lado do governo também foram galardoados após o término da revolta da Armada em reconhecimento aos seus serviços, através de concessões de patentes honorárias e da nomeação para a ocupação de cargos públicos¹⁶.

Sendo assim, os *jacobinos* ensarilharam armas em defesa do governo de Floriano Peixoto, obtiveram o reconhecimento governamental em virtude

de seus esforços e passaram a julgar-se deste momento em diante como a "sentinela avançada da República" e os "florianistas perfeitos".

Quando ocorreu a vitória das forças legalistas sobre os revoltosos da Armada, a 13 de março de 1894, o sul do país ainda encontrava-se convulsionado pela Revolução Federalista, desencadeada em fevereiro de 1893 em razão da disputa entre líderes políticos locais pelo exercício do governo do Rio Grande do Sul. Por este motivo, mesmo com o fim da Revolta da Armada, o governo do Marechal Floriano não dissolveu nem mesmo os batalhões patrióticos criados em caráter provisório, continuando os seus membros a receberem o soldo e, no caso dos que combatiam contra os sublevados federalistas, também as vantagens de campanha. Desta maneira, não somente o florianismo destes combatentes manteve-se forte como ainda recrudesciu o senso da missão que se atribuíam de salvaguarda das instituições republicanas.

Deste modo, os jacobinos brasileiros alcançaram proeminência política como elementos defensores do governo da situação, ou seja, do governo do marechal Floriano Peixoto, que se encontrava envolto na sua própria defesa em razão de um movimento oposicionista à sua legalidade constitucional, a Revolta da Armada.

A defesa do governo de Floriano Peixoto ou, como o buscaram imortalizar, o "Salvador da República", devido à intenção de restauração monárquica que tributavam aos revoltosos da Armada, passou a ser o objetivo que lhes deu entusiasmo e impulso de ação quando da criação de seus primeiros órgãos na imprensa, em setembro de 1894, na cidade do Rio de Janeiro, onde se localizavam os jacobinos mais expressivos.

Annibal Mascarenhas e seus colegas, jovens voluntários também do Batalhão Tiradentes, começaram a publicar, em 1º de setembro de 1894, o jornal *A Bomba* (a partir de janeiro de 1895, denominado *O Nacional*), que circulou, apesar de algumas interrupções temporárias, até 07 de junho de 1896. Por seu lado, Deocleciano Martyr que, como mencionado, também havia servido neste batalhão, publicou de 13 de setembro de 1894 até 29 de junho de 1897, igualmente com algumas interrupções em razão de processos de empastelamento, *O Jacobino*.

Os jornais *O Nacional* e *O Jacobino* ofereciam apoio a outras folhas de mesmo cunho que eram publicadas no interior do Rio de Janeiro e em outros estados do país. Ademais da militância nos batalhões patrióticos e na imprensa, a atuação através dos clubes republicanos, nativistas e/ou jacobinos e a atividade partidária constituíam-se em outros meios de ação e instrumento de transmissão de idéias por parte dos jacobinos¹⁷.

Apesar das variações e das mudanças de intensidade dos elementos que compunham as propostas políticas dos jacobinos em geral, ao longo

destes quatro anos de ativismo político destacavam-se, entre outros: a defesa de seus interesses corporativos e da manutenção de uma ordenação governamental republicana militarista e militarizada e, em contrapartida, o ataque ao regime monárquico e aos monarquistas. Estes componentes de seu ideário, evidentemente, eram expressos de modos distintos por um e outro segmento jacobino, além de se mesclarem variavelmente em seus discursos a outros objetos de defesa e alvos de ataque, como o nacionalismo e o antilusitanismo.

A inflexão efetuada pelo início da execução do plano político do governo de Prudente de Moraes, consoante com um projeto político-administrativo divergente em relação ao de seu antecessor, paulatinamente obliterava a ordenação militarista recebida como legado. Assim, tornava desnecessária a atuação de numerosos batalhões patrióticos, compostos de voluntários, para a sustentação do regime republicano e do governo que se encontrava na situação. A ênfase na necessidade de preservação das milícias cívicas e o apelo aos valores castrenses foram acionados pelos jacobinos como uma estratégia de sobrevivência numa conjuntura em que o regime republicano estava sendo estruturado sob orientações e palmilhando caminhos que tornavam os batalhões patrióticos e, por extensão, os seus integrantes, dispensáveis.

Deste modo, a partir de dezembro de 1894, após as primeiras medidas governamentais, especialmente as que alteravam a situação de favorecimento aos batalhões patrióticos e ao Exército, os jornais *O Nacional* e *O Jacobino* passaram a destinar muitas colunas aos ataques ao governo civil de Prudente de Moraes, sufragado em eleições diretas a 28 de fevereiro e empossado a 15 de novembro.

A mudança de posicionamento dos jacobinos na arena política, de elementos 'governistas' quando da gestão militarista do marechal Floriano a "oposicionistas" na administração civil do bacharel Prudente de Moraes, ocasionou graves reflexos em seus comportamentos públicos e performances políticas.

Estes ativistas passaram a participar e a organizar com mais frequência muitos dos famosos *meetings* que agitavam as ruas mais movimentadas da capital federal; intensificaram a sua ação propagandista através dos clubes jacobinos e republicanos e, no caso dos redatores de *O Nacional*, empenharam-se na organização e fundação do Partido Republicano Nacional, juntamente com outros republicanos não jacobinos. Mais agudas, porém, foram as ações de Deocleciano Martyr, visto pelos contemporâneos como o ativista emblemático dos jacobinos, até porque bem antes ele já era conhecido por certas atitudes imoderadas, como o incitamento às perseguições aos

monarquistas e aos espancamentos a portugueses. Com a exacerbação de sua oposição a Prudente de Moraes, em 1897, Deocleciano Martyr passou a concitar implicitamente os voluntários e ex-voluntários dos batalhões patrióticos a um golpe de Estado. Ao não ser atendida esta sua conclamação, ele tornou-se o articulador maior do único dos planos de atentado à vida de Prudente de Moraes que chegou a ser posto em prática, plano este aprovado e apoiado estrategicamente por ilustres congressistas, como o líder do P.R.F. (Partido Republicano Federal) na Câmara, Francisco Glycerio, e o vice-presidente Manuel Victorino Pereira. Por um equívoco na hora do disparo por parte do anspeçada Marcellino Bispo de Mello, que Martyr aliciou para assassinar Prudente, e na confusão que se seguiu, este rapaz atingiu mortalmente com uma facada o ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt. Como consequência, Deocleciano Martyr foi condenado a trinta anos de prisão, embora tenha sido libertado já em 1903; o Batalhão Tiradentes foi dissolvido e a própria atividade jacobina foi dispersa pela ação governamental, o que causou o término do jacobinismo em seu conjunto¹⁸.

Conforme sinaliza Reinhart Koselleck, os conceitos sociais e políticos são sempre polissêmicos, além de que seus sentidos expressam conteúdos articulados ao momento de sua utilização¹⁹.

O termo *jacobinos*, como mencionado, já era utilizado desde, pelo menos, os últimos anos de vigência do regime monárquico, com a acepção de “republicanos radicais”, sobretudo nas referências aos propagandistas republicanos que utilizavam as praças e os teatros como cenários de divulgação de suas idéias.

Quando os jacobinos voluntários e ex-voluntários dos batalhões patrióticos passaram a utilizar mais freqüentemente as ruas e largos da capital federal com objetivos de protesto e de manifestação de idéias políticas, a partir de janeiro de 1895, ofereceram aos seus críticos um valoroso argumento para denegrir-lhes a imagem e vilipendiar a atuação política.

O jornalista Ferreira de Araújo, redator-chefe da *Gazeta de Notícias*, por exemplo, empregava o vocábulo, sobretudo, com as acepções de “arruaceiros” e “desordeiros”. Como definia, as manifestações dos jacobinos não passavam de “perturbações da ordem pública” na capital federal, vista por ele como uma espécie de cartão-postal da jovem República ao “mundo civilizado”, às “nações cultas”. Em seus artigos e editoriais, os jacobinos eram descritos, entre outros termos, como “fanáticos”, “exaltados”, “grupo que esbraveja”, “espíritos perniciosos”, “excitadores de ânimos” e “grupo mais apaixonado dos amigos de Floriano”. Além disso, a própria caracterização dos *jacobinos* como os patriotas guiados pela “paixão política”, propensos a “explosões apaixonadas”, constituía-se em um recurso descritivo que lhe

permitia apresentá-los como os indivíduos desatentos aos códigos do “bom-tom” e aos ditames da “sã razão” que davam “triste idéia” da nação brasileira aos olhos das européias, além da “triste figura” transmitida por uma “cidade que pretende ser tida em conta de limpa”. Eram, sobretudo, as performances dos jacobinos no ambiente social da cidade do Rio de Janeiro que embasavam as descrições que incidiam sobre a sua qualificação como “desordeiros” e “arruaceiros”²⁰.

Nas explicitações destas qualificações dos *jacobinos* como “desordeiros” e “exaltados”, os seus adversários ocasionalmente igualavam os jacobinos brasileiros aos homônimos franceses, ou seja, ao caso pioneiro, sem que mencionassem as particularidades temporais e espaciais de cada situação. Tal aproximação salientava a “exaltação dos espíritos” que estes geralmente apontavam acometer os indivíduos assim denominados. Alguns intelectuais julgavam que os jacobinos brasileiros eram um arremedo ou uma paródia dos jacobinos franceses. Joaquim Nabuco, por exemplo, ainda monarquista à época, na obra *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*, denunciou o “terror” instaurado pelo governo de inspiração castrense e o “perigo revolucionário” aumentado pela ascendência do jacobinismo. E vaticinou a efemeridade de tal movimento político, já que “sua duração seria curta: o jacobinismo não é mais do que uma moda da época, um pastiche histórico”²¹.

Este tratamento que os contemporâneos dispensavam aos jacobinos brasileiros não pode ser reputado apenas ao desconhecimento das diferenças entre estes e os seus precursores franceses. Tratava-se, antes, de desqualificar as idéias e estratégias de ação dos jacobinos na capital federal, através da sua associação simbólica a um modelo histórico considerado negativo porque radical, autoritário e fracassado.

A utilização de um vocábulo e a apropriação e re-significação do seu valor conceitual efetuadas pelos atores históricos não devem ser separadas analiticamente das interpretações que construíram sobre o contexto histórico em que se inseriam, dos projetos políticos defendidos e dos propósitos que os moviam.

A flexibilidade semântica da lexia *jacobinos*, de certo modo, facilitou o seu emprego com diferentes significados na conjuntura em que teve vida o jacobinismo brasileiro. Contudo, as apropriações do termo eram direcionadas de acordo com as interpretações, motivações e intenções dos agentes que o empregavam e, assim, o atualizavam.

O vocábulo era apropriado como sinonímia de “republicanos sinceros e leais” por parte dos jacobinos que tomaram para si a designação. Já os seus desafetos políticos mobilizavam a mesma forma lexical com as acepções de

"exaltados", "arruaceiros", "desordeiros", "fanáticos" e "terroristas".

Assim, como Quentin Skinner destaca, não somente o "significado" dos registros como também os "motivos" e "intenções" de seus autores/redatores devem constituir objeto de análise²². Às interpretações e propósitos políticos distintos correspondem diferentes adaptações de significações de um mesmo conceito.

Em razão dos sentidos atribuídos ao qualificativo *jacobinos*, muitos combatentes e ex-combatentes voluntários buscaram inicialmente afastar de si a alcunha. Eles não queriam ser definidos como "desordeiros", uma vez que se julgavam "mais moderados espíritos", como o demonstram as palavras de Annibal Mascarenhas, na epígrafe que encima este artigo.

Ainda que o sentido de combatentes "legalistas" e "patriotas" demarcasse a consubstanciação de seu emprego durante a vigência do jacobinismo, outras acepções eram aglutinadas, quando não chegavam mesmo a se sobrepor, de acordo com as motivações daqueles que mobilizavam o conceito. O significado de *jacobinos* como "desordeiros" e outras acepções negativas era acionado por aqueles que buscavam depreciar os que assim eram apodados.

Deste modo, se a mesma expressão semântica continua a ser empregada ao longo do tempo, apesar das alterações sofridas em seu valor conceitual, cumpre ao pesquisador atentar ao uso pragmático da mesma, qual seja o de analisar a experiência concreta e específica na qual a palavra, como conceito, era pensada e sobre a qual se referia, como afirma Koselleck.

Desde o início da vigência do jacobinismo, a atuação dos combatentes patriotas ao lado da esquadra legal constituiu-se no referente de fundamentação da utilização empírica tanto do qualificativo *jacobino* como do substantivo *jacobinismo*. A ação dos voluntários legalistas constituiu-se não somente na experiência real e singular que re-significou e atualizou o termo *jacobino*, como também no único significado conferido ao vocábulo que obtinha concordância tanto da parte dos que eram assim apodados, como dos seus adversários e dos demais contemporâneos.

Alguns políticos de envergadura na época evidenciavam esta acepção, como Francisco Glycerio, em dezembro de 1895, e Rangel Pestana, em junho de 1897. Na concepção de Glycerio, "vem de 1893, do período mais agudo da revolta da Marinha, o aparecimento dos jacobinos na arena política. De sua parte, Pestana assim se referiu ao jacobinismo: pode-se dizer sem medo de errar: o jacobinismo apareceu como uma reação contra o espírito que animava a revolta"²³.

Pelo menos outros dois sentidos, além dos supramencionados, eram atribuídos ao termo *jacobinos* e até como vocábulos a este substitutivos: o de "republicanos radicais" e o de "florianistas", com os quais os jacobinos

concordavam em ser denominados, embora tivessem concepções próprias sobre o que ambos exprimiam.

Para os jacobinos, ser um "republicano radical" era um motivo de orgulho: significava o apoio e a defesa irrestritos à República ainda recentemente instalada e, destarte, o antimonarquismo e combate aos monarquistas, ainda mais aos que se empenhavam pelo regresso monárquico, os restauradores, pejorativamente apelidados de "sebastianistas". Já para os seus desafetos, tais "republicanos radicais", sob o manto de seu republicanismo incondicional e do papel desempenhado no combate à Revolta da Armada, julgavam-se no direito de livremente intervir no cenário da capital federal, promovendo arruaças e perturbações na ordem pública, e de influenciar nas decisões governamentais.

Como "florianistas", e mais ainda, os "florianistas perfeitos", os jacobinos não apenas se viam como os catalisadores de todos os adeptos de Floriano Peixoto, como também os principais responsáveis pela construção e difusão de sua memória como o "Salvador da República", imagem delineada, sobretudo, em razão da energia com que o marechal enfrentou a Revolta da Armada²⁴. Por outro lado, quando os designavam como "florianistas", os seus adversários atacavam o autoritarismo de que se imbuíram ao fazerem parte da esquadra legalista e vitoriosa, bem como o seu papel de guarda da imagem de Floriano, de quem buscavam extirpar qualquer falha governamental. Nunca é demais lembrar que a maioria dos rivais dos jacobinos — em especial os civilistas — definia Floriano como um ditador e seu governo como uma ditadura militar.

Então, nas categorizações que seus adversários faziam e nas auto-categorizações, com as utilizações das mesmas terminologias com sinais trocados, havia também um enfrentamento simbólico, uma luta por construções imagéticas não materiais: da cidade-capital, do governo de Floriano e sua pessoa como estadista e dos próprios efeitos do regime republicano até então.

Da parte dos florianistas, nem todos eram ou se diziam "jacobinos", até pelas conotações pejorativas atribuídas à lexia, além das próprias discordâncias quanto às performances e estratégias de ação dos jacobinos. Já da parte dos jacobinos, todos eram ardentes florianistas. *Jacobinos*, *florianistas* e até *castilhistas* não deixavam de ser designações, de certo modo, intercambiáveis entre os contemporâneos. Todavia, a última geralmente era utilizada em relação aos florianistas sulinos e defensores da política de Júlio de Castilhos, então governador do Rio Grande do Sul, e aos voluntários dos batalhões patrióticos que haviam combatido ou ainda assim permaneciam nos estados do sul do país.

Em suma, a despeito dos significados que comportava o termo *jacobinos*, durante a vigência do jacobinismo, era em referência aos combatentes legalistas que incidia o seu principal valor conceitual, figurando a participação ao lado da esquadra governamental como o principal elemento de distinção dos que assim eram denominados. As outras acepções eram agregadas e mobilizadas principalmente nas circunstâncias em que interessava aos contemporâneos ressaltar determinadas características da coletividade assim cognominada, como o desrespeito às normas que regiam a ordem pública na capital federal, o autoritarismo na defesa dos seus ideais e o direito que se arrogavam de ingerência nas decisões políticas institucionais.

Desde o final de 1895 e ao longo de 1896, a plasticidade do qualificativo *jacobino* e do substantivo *jacobinismo* alcançou no uso pragmático de diversos contemporâneos o seu ponto máximo.

No transcurso da presidência civil exacerbou-se a oposição a Prudente oriunda de diversos focos: dos jacobinos que assim já se autodenominavam; dos que eram apodados de jacobinos, como Annibal Mascarenhas e seus seguidores, mas que desde outubro de 1895 passaram a aceitar a alcunha; dos florianistas em geral e demais beneficiados pelo governo de Floriano, que iam se afeiçoando em interesses aos jacobinos; dos monarquistas, que cada vez mais se tornavam restauradores; dos clérigos e jovens católicos, cujas demandas eram em boa parte esposadas pelos restauradores; dos militares e, particularmente, dos jovens da Escola Militar, alguns dos quais se aproximavam dos jacobinos; dos alunos acadêmicos, inclinados a se unirem aos restauradores ou aos jacobinos e também dos integrantes da chamada “ala radical” do P.R.F., partido pelo qual Prudente havia sido eleito.

O qualificativo *jacobino* passou a ser impingido aos mais variados indivíduos e grupos políticos que se contrapunham ao governo do presidente civil ou, de forma mais precisa, ao modo como estava sendo instaurada a ordem civil na República brasileira.

O valor simbólico depreciativo conferido ao termo era tão substancial que não tendo mais como vilipendiar o monarquista Carlos Affonso de Assis Figueiredo, o jornalista Ferreira de Araújo o tachou de “jacobino da restauração”²⁵. Em casos como este, era evidentemente com o sentido de “desordeiro”, “perturbador” e “intransigente”, e não de “radical republicano”, que o termo era acionado.

De maior efeito na época foi a atribuição do apodo aos integrantes do governo e aos membros do P.R.F., pois intensificava a percepção dos contemporâneos da frágil situação de Prudente na presidência e, sobretudo, a superestimação da influência dos “jacobinos” — entenda-se os “legalistas

de Floriano”, os voluntários dos batalhões patrióticos — sobre alguns congressistas, supostamente já cooptados e aderentes às suas idéias. Diferentes membros do P.R.F., e na maioria das ocasiões divergentes em propostas e interesses, como o senador Quintino Bocayuva; o deputado Medeiros e Albuquerque; o líder do partido na Câmara, Francisco Glycerio, e o vice-presidente Manuel Victorino passaram a ser denominados de *jacobinos*.

Justamente eram estas conotações de “intransigentes”, “radicais”, “agitadores” que eram acionadas ao ser atirada a designação de *jacobinos* a alguns parlamentares e o termo *jacobinismo* a movimentações na cúpula política macro-institucional. Segundo Ferreira de Araújo, a cisão entre Glycerio e Prudente em fins de 1895 ocorreu porque o primeiro queria que “o governo, ao tomar qualquer deliberação, levasse em conta o modo de ver dos jacobinos”, concluindo que Glycerio se declarou jacobino por oposição a Prudente. Ao alertar para tal “infiltração” do “jacobinismo” na culminância governamental, através do conluio entre jacobinos e congressistas, o jornalista denunciava a suposta abertura trabalhada para a reinstalação do militarismo, o que o apavorava enquanto civilista²⁶.

A pragmática de um conceito, ao sinalizar para um sentido referencial articulado ao seu emprego, não exclui a mobilização de outros significados, inclusive acepções anteriores, atualizadas neste momento histórico específico de emprego semântico vocabular. Deste modo, o conteúdo referencial formulado em uma situação histórica singular não é imposto de maneira abrupta e tampouco elimina completamente acepções anteriores, desde que os agentes históricos que mobilizam o termo assim se apropriem dos significados de acordo com as “motivações” e as “intenções” subjacentes às suas atuações político-discursivas²⁷.

O estudo contextualizado das diferentes mobilizações de um mesmo conceito — ainda mais neste caso, de um conceito apropriado e re-significado, cuja origem remonta a outra experiência histórica bem distinta no tempo e no espaço — permite-nos perceber o quanto a semântica no campo dos embates políticos, é também seleção e obliteração, permanência e movimento, constância e alteração.

A opção pela contextualização — neste estudo, dos usos políticos do termo *jacobinos* — permite qualificar as diferentes acepções conferidas a um mesmo conceito enquanto ações e, em nosso caso, ações políticas. Assim, nosso esforço encaminha-se no sentido de aglutinar a análise lingüística à abordagem performática, ou seja, analisar as categorias a partir das práticas dos atores, uma vez que tais experiências — com suas ações intencionais e motivadas — influenciam nas categorizações, seja por parte daqueles que categorizam, seja da parte dos categorizados. Performance e discurso não

categorizam, seja da parte dos categorizados. Performance e discurso não caminham isoladamente, ao contrário, mutuamente se influenciam e se transformam.

Em razão dos comportamentos imoderados de alguns de seus líderes, os jacobinos possibilitaram, ainda que não intencionalmente, a construção das interpretações por parte de atores notórios e de seus opositores que primavam pela saliência do "desatino", da "desordem" e do "terrorismo" como características genericamente atiradas a eles.

Entretanto, ao terem por objetivo a aceitação de suas idéias e a concretização de suas propostas, nem todos os jacobinos adotavam as mesmas condutas estratégicas e os mesmos comportamentos públicos. Em diversas ocasiões e por motivos variados, os diferentes segmentos de jacobinos, que estavam constantemente construindo e reconstruindo a sua identidade enquanto tais, tinham as suas rugas e chegavam a utilizar os seus jornais para expressar as suas desavenças e disputar pela autoridade da palavra.

Enfim, pesquisar os jacobinos e os temas concernentes a estes atores, como bem salienta Antônio Simas, torna necessário desfilar o enredo de um fracasso²⁸. Os jacobinos foram duplamente derrotados: como propositores de um encaminhamento político e como objetos específicos de estudo.

Era vasta a gama de agentes aos quais dirigiam o seu ódio: estrangeiros; os que se dedicavam ao jogo; demais refratários ao seu discurso moralista; consumidores de produtos importados; monarquistas; civilistas; demais defensores do governo civil de Prudente de Moraes, entre outros.

As propostas republicanas dos jacobinos — que consideravam o governo do Marechal Floriano como uma régua cartesiana de medição do governo de seu sucessor — seccionavam a sociedade em diversas fatias. Destas "porções" sociais, poucas se mostraram dispostas a aderir às suas idéias e a assentir com a sua atuação política. Este foi um dos motivos de fracasso do entendimento e aceitação de suas propostas para a jovem República.

A própria forma autoritária e agressiva com que alguns jacobinos revestiam os seus discursos fazia com que estes atores não fossem levados a sério e que suas estratégias de ação — como a própria atuação jornalística — fossem minimizadas em importância. Condutas agressivas do principal líder jacobino da capital federal, Deodéciano Martyr, que mesmo antes já era conhecido por sua xenofobia e seu antilusitanismo, eram vistas pelos contemporâneos como típicas dos jacobinos em geral. Poetas e jornalistas da época, do estilo de um Olavo Bilac e de um Ferreira de Araújo; homens cuja notoriedade remontava ao período imperial, a exemplo de um Joaquim Nabuco; homens anônimos de fraque e pincenez que conversavam nas confeitarias; as senhoras e suas filhas que compravam fazendas na rua do

Ouvidor; a terça parte da população da cidade do Rio de Janeiro composta de estrangeiros, entre outros, encaravam com desdém estes jovens que julgavam cheios de idealismo, fanatismo e com pouco senso de comedimento, "desordeiros" e "intolerantes".

Em termos historiográficos, os jacobinos foram igualmente fracassados, ao serem poucas vezes considerados como objetos dignos de exame. Entre o momento de suas vivências políticas e as últimas décadas do século XX poucos analistas se dispuseram a considerar o seu ativismo algo mais do que um simples "pastiche histórico", como Joaquim Nabuco pretendeu imortalizar o jacobinismo.

Os ativismos políticos dos atores históricos que ajudaram a vivificar a primeira década republicana brasileira ainda constituem uma pedra pouco escavada pelos pesquisadores. As suas formas de interpretação do sistema político, os entendimentos de suas posições na sociedade, as propostas elaboradas e apresentadas de diversas formas ainda são práticas políticas pouco examinadas, ainda que não sejam evidentemente imperscrutáveis. Analiticamente, uma das maneiras possíveis de se abordar tais ativismos políticos é através do estabelecimento de relações entre conceituações e experiências. A atividade política se faz de performances e de palavras. E neste último domínio, no campo político-semântico, atesta-se, sobretudo, como a política se faz para muito além da esfera política institucional, dos recintos oficiais de debates, integrando e opondo atores que não estão na esfera oficial, mas que buscam, por diferentes brechas, com ela dialogar e nela intervir.

É neste sentido que propomos situar a contribuição deste artigo. Tendo como ponto de partida a aglutinação da análise conceitual ao enfoque performático, com este breve estudo contextual-lingüístico tencionamos dimensionar parte da riqueza de experiências políticas da primeira década republicana brasileira. São muitos os enfoques que o historiador pode escolher e desenhar para tratar seus objetos de estudos. O que percorremos neste artigo, com a análise contextual de usos do termo *jacobinos*, pretendeu abordar parte das vivências políticas deste contexto político-social ou, como na expressão de Margarida de Souza Neves, "analisar o que permite identificar o rosto humano na história"¹. Em poucas palavras: através da análise contextualizada das mobilizações de um conceito perceber a ação humana, inclusive a ação político-lingüística, na vida social.

Notas e Referências

* Doutoranda - PUC - Rio, Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e-mail: amandamuzzi@terra.com.br

¹ MASCARENHAS, Annibal. "Jacobinos", *O Nacional*, 17/10/95, n. 114, p. 1.

² FURET, François. "Jacobinismo". In: FURET, François; OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, (Obras de referência) p. 764-775.

³ VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Tradução de Viviane Ribeiro. Revisão técnica de Marcia Mansor D'Alessio. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2000, Coleção História, p. 35.

⁴ Segundo Vovelle, "Encontramo-nos confrontados a dois modelos de jacobinismo: o jacobinismo "histórico", enquadrado no contexto preciso da década revolucionária, e o que denominaremos, como outros já o fizeram, de jacobinismo "trans-histórico", que também apresenta, para o historiador, um objeto digno de interesse". *Ibid.* p. 25. Como diz Arruda, "foram os monarcas da Prússia e da Rússia que tornaram o termo sinônimo de radicalidade e subversão, ao rotularem os ativistas poloneses como operários de uma 'fábrica de jacobinos'". ARRUDA, José Robson de Andrade. Prefácio: "Corações jacobinos". In: VOVELLE, Michel. *Op. cit.*, p. 15.

⁵ FURET, François. "Jacobinismo". *Op. cit.*, p. 770.

⁶ FONSECA, José da; ROQUETE, J.-J. *Dicionário de Língua Portuguesa e dicionário de synonymos seguido do dicionário poético e de epithetos de José da Fonseca*. Feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por J. - J. Roquete (1801-1870). Paris - Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand. Prólogo (Paris, 1848). CALDAS AULETE, F. J. *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Impr. Nacional, 1881. FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Diccionario da Língua Portuguesa*. Porto: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

⁷ Muzzi, Amanda. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil - 1893-1897*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2006.

⁸ Sobre o jacobinismo e a delimitação cronológica da vigência deste movimento político, ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; e, da mesma autora, "O Jacobinismo na historiografia republicana", In: LARA, José Roberto do Amaral (Org.). *História Política da República: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990, p. 69-81. (Coleção Tempo e Memória, v. II). Também para June Hahner, entre o período de proeminência alcançada por estes atores em razão da criação e organização de batalhões patrióticos, aos quais se incorporaram no combate à revolta da Armada (setembro de 1893) e a repressão consequente ao atentado frustrado à vida de Prudente de Moraes (novembro de 1897), é que se pode falar em atuação política dos jacobinos no Brasil. HAHNER, June. "Jacobinos versus galegos. Urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18, n. 2, May 1976, p. 125-154.

⁹ Muzzi, Amanda. "Contextualização histórica: quem eram os jacobinos". *Op. cit.*, p. 14-46.

¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 06/11/1893, Causas Políticas, p. 1. Na concepção do Conde de Paço d'Arcos, diplomata português, em seu despacho de 24/10/1893, essas notícias infundadas, aardeadas pela imprensa e exasperadoras da população, eram provocadas "pelo dinheiro e pelas pregações dos clubes demagógicos que lhes pintam a república perdida com a queda de Floriano". Apud: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 22.

¹¹ Este é o trecho do manifesto que condenou Saldanha e, por conseguinte, a Revolta da Armada a serem entendidos como restauradores: "... a lógica, assim como a justiça dos fatos autorizaria que se procurasse à força das armas repor o governo do Brasil onde estava a 15 de novembro, quando num momento de estupefação nacional, ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o actual governo não é senão uma continuação...". Apud: BELLO, José Maria. *História da República - Primeiro Período: 1889-1902*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1940, p. 181.

¹² Cf. as numerosas edições da *Gazeta de Notícias* que fornecem informações sobre os batalhões, como as de 20/09/1893, 15/01/1894, 12, 15 e 21/02/1894, 29/03/1894 e 13/04/1894. Por "ordem do dia" do Ministro da Guerra, de 11 de janeiro de 1894, os estrangeiros foram impedidos de se alistar nos batalhões patrióticos e nos corpos da guarda nacional. Entretanto, muitos comandantes não seguiram a recomendação e prosseguiram no alistamento de estrangeiros, trazendo como resultado reclamações de diversos consulados. 'Alistamento de estrangeiros', *Op. cit.*, 18/02/1894, p. 1.

¹³ KOSSELLECK, Reinhart. "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos". Tradução, transcrição e edição de Manoel Luís Salgado Guimarães. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

¹⁴ Annibal Mascarenhas, "Último Numero", *O Nacional*, 07/06/1896, p. 1.

¹⁵ *O Jacobino*, 06/04/95, p. 1.

¹⁶ *A Bomba*, 19/10/1893 e 26/10/1894, p. 1.

¹⁷ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 81-88.

¹⁸ MUZZI, Amanda. "O antimonarquismo e o medo à mudança: o segundo momento de oposição". *Op. cit.*, p. 81-126.

¹⁹ KOSSELLECK, Reinhart. "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos", *loc. cit.*, e, do mesmo autor, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Maas e Carlos Alberto Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006, p. 108.

²⁰ Cf. na *Gazeta de Notícias*, p. 1, os artigos da seção "Causas Políticas" de 21/01, 04/02, 11/03, 18/03, 17/06 e 09/09 de 1895; da coluna "As quintas" de 23/05 e 29/08 de 1895 e a carta de Valentim Magalhães a Magalhães Lima transcrita do jornal "O Século" de Lisboa, de 24/02/1895, na edição de 19/03/1895.

²¹ Apud QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 164-165.

²² SKINNER, Quentin. "Motives, intentions and the interpretation of texts". In: Tully, James (ed. and introd.). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1988, p. 68-78.

²³ Apud QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 18.

²⁴ Sobre o papel dos jacobinos na construção desta imagem mítica de Floriano, ver: SIMAS, Luiz Antônio. *O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do salvador da República*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Rio de Janeiro, 1994.

²⁵ Sua Excellencia o Sr Araújo, "Sua Excellencia o Sr Araújo", *Gazeta de Notícias*, 15/01/1896, capa.

²⁶ *Gazeta de Notícias*, de 01/01/1896 a 09/01/1896, Série "A politica em 1895", de I a IX, sempre na p. 1.

²⁷ Neste trabalho, algumas propostas de Koselleck relativas à "história dos conceitos" estão sendo articuladas a sugestões analíticas apresentadas por dois historiadores das "linguagens políticas e sociais", conhecidos como "contextualistas": Pocock e, principalmente, Skinner, vistos como os principais expoentes da história das linguagens políticas da Escola de Cambridge. Sobre as possibilidades e os limites de aproximação entre a "história dos conceitos" alemã de Koselleck e o "contextualismo lingüístico" de Skinner, cf. PALONEN, Kari. "The history of concepts as a style of political theorizing: Quentin Skinner's and Reinhart Koselleck's subversion of normative political theory". *European Journal of Political Theory*, vol. 1, n. 1, 2002, p. 91-106; e JASMIN, Marcelo Gantus. "História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20; n. 57, fev. 2005, p. 27-38. Sobre as possibilidades de convergência ou as compatibilidades entre alguns procedimentos dos historiadores

res das linguagens políticas da Escola de Cambridge, Pocock e Skinner e a contribuição do dicionário alemão de conceitos políticos organizado inicialmente por Koselleck, ver: RICHTER, Melvin. "Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe". *History and Theory*, vol. 29, n. 1, Feb. 1990, p. 38-70.

²⁸ SIMAS, Luiz Antônio. Op. cit., p. 111-112, 116, 120.

²⁹ NEVES, Margarida de Souza. "História da Crônica. Crônica da História". In: Rezende, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio/CCBB, 1995, p. 25. NEVES, Margarida de Souza. "História da Crônica. Crônica da História". In: Rezende, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio/CCBB, 1995, p. 25.

Candomblés e Mafuás em imagens barretianas — relações sociais de sexo e formação da nacionalidade brasileira

Celi Silva Gomes de Freitas*

O cordão é o Carnaval, é o último elo das religiões pagãs, é bem o conservador do sagrado dia do Deboche ritual; o cordão é a nossa alma ardente, luxuriosa, triste, meio escrava e revoltosa, babando lascívia pelas mulheres e querendo maravilhar...

João do Rio¹

A autoria da epígrafe é do também literato carioca João do Rio, que nasceu no mesmo ano de Lima Barreto (1881) e morreu um ano antes, em 1921. Embora contemporâneos, as experiências urbanas de um e de outro eram distintas e, obviamente, os dois literatos olhavam sua cidade natal de modo bem diferente. Em nossa interpretação, João do Rio buscou definir o Carnaval através da imagem do "cordão", uma espécie de caminhada festiva pelas ruas da cidade, na qual os carnavalescos e as carnavalescas dançavam, pulavam, cantavam, enfim, brincavam o carnaval, "maravilhando e maravilhando-se" na multidão. No trecho "babando lascívia pelas mulheres", observamos que as mulheres eram olhadas como seres passivos, objetos de atos libidinosos praticados pelos homens. Seguindo outro percurso, a imagem do Carnaval apresentada por Lima destacou a "embriaguez que a multidão traz" como "a mais inofensiva de todas", e fez uma crítica à falta de sentido das "cantarolas" dos "vates dos cordões e ranchos":

Nunca fui carnavalesco, mas como todo melancólico e contemplativo, gosto do ruído e da multidão e não fugia a ele.

O isolamento faz-me mal à alma e ao pensamento. Mergulho no barulho dos outros, deixo de pensar em mim e nas fantasmagorias que eu mesmo criei para o meu padecer. A embriaguez que a multidão traz, é a melhor e a mais inofensiva de todas que se tem agora inventado. Nem o ópio, nem o álcool, nem o *hachisch* produzem a embriaguez que com a dela se assemelhe. Temos visões extranormais, sem estragar a saúde... [...]

Não partilho da opinião da polícia, [...]

O ponto de vista de imoralidade e chulice pouco me preocupa; o que me preocupa é o intelectual e artístico, [...]

Fazendo estas despreziosas considerações, não me move nenhuma espécie de antipatia pelo folgar do povo; mas, pedir unicamente a ele próprio que nessa sua folgança, nesse poetar de sua alma alanceada, quando procura, nestes três dias, esquecer o seu penar e a sua dor, no riso, no gargalhar e no estonteamento, pusessem os seus trovado-